

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ENFERMAGEM

CULTURA E PRÁTICAS DE SAÚDE PÚBLICA DE ENFERMEIRAS E VISITADORAS SANITÁRIAS DO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

1Tammy Justiniano Jooris 1Luiz Fernando Castro de Oliveira (IC/UNIRIO);1Luiz Henrique Chad Pellon (Orientador)

1- Departamento de Enfermagem de Saúde Pública/ Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio financeiro: IC/ UNIRIO

Palavras – chave: Enfermagem; Saúde Pública; Visitadoras Sanitárias.

INTRODUÇÃO

A Era Vargas tem sido recorrentemente mencionada nos estudos históricos como pioneira no que tange à uniformização dos serviços de saúde pública em todo o território nacional. O estado do Ceará entrou definitivamente na agenda político-sanitária do governo Vargas ao final de 1931, empreendendo ampla rede de reformas nos serviços da sua capital, Fortaleza. Na busca por conhecer como se deu a participação da enfermagem na padronização dos serviços confrontamo-nos com dados originados de produções científicas contemporâneas que afirmam ter a história da enfermagem cearense e de seu ensino formal se iniciado com a criação, no bojo da Segunda Guerra Mundial, do Curso de Emergência de Voluntários e Socorristas e da Defesa Passiva Anti-Aérea, ofertado pela Escola Doméstica Dom Raphael entre agosto de 1942 e janeiro de 1943, com patrocínio da Cruz Vermelha Brasileira. A criação desse curso favoreceu o ambiente propício para a posterior criação da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo em março de 1943, como pioneira dentre a região nordeste e terceira do país a ser equiparada à Escola D. Anna Nery em 1946. Um hiato pode ser considerado, portanto, nas produções concernentes à história da enfermagem cearense que se reportam ao período que sucede a regulamentação do ensino e do exercício da enfermagem no país, com a publicação do Decreto nº 20.109 de 1931, quando a baixa distribuição de cursos equiparados aos padrões Ana Nery no território nacional resguardou a oferta de cursos atrelados aos serviços existentes para formar agentes que se responsabilizassem pelo exercício das práticas de enfermagem nos diferentes cenários, a exemplo das parteiras, visitadoras, religiosas, dentre outros. Este trabalho reporta-se à segunda e última fase da pesquisa denominada “Cultura e práticas de saúde pública de enfermeiras e visitadoras sanitárias do Governo Vargas (1930-1945)” e foi precedido da elaboração de uma cartografia institucional das exercentes de enfermagem cearenses no período analisado.

OBJETIVO

Analisar as variações de denominações aplicadas pelas instituições cearenses às exercentes da enfermagem no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

METODOLOGIA

Na primeira etapa dessa pesquisa foi utilizado o método quantitativo na perspectiva da história serial, cujo desenvolvimento apoiou-se na análise documental das edições do Almanaque do Ceará, periódico de publicação anual editado entre 1906 e 1961, com a finalidade de informar os dados estatísticos, mercantis, administrativos, industriais e literários deste estado. Neste sentido, foram realizadas análise e interpretação dos dados provenientes das edições compreendidas no período de 1930 e 1945 por meio da busca das relações entre as informações contidas nos documentos e a historiografia da enfermagem. De tal modo, a operação histórica consistiu, após ter reunido, criticado e dissecado o conjunto de documentos disponíveis, no encadeamento entre os diversos componentes do tema estudado e na construção de uma interpretação que lhes atribuisse coerência e sentido.

RESULTADOS

Os vestígios documentais sobre a mobilização em torno da formação de agentes destinadas a exercer funções de enfermagem no Ceará no início do século XX aponta para o curso de Parteiras Diplomadas, oferecido desde 1915 pela Maternidade Dr. João Moreira, pertencente à Santa Casa de Misericórdia. O curso voltava-se, principalmente, ao atendimento da demanda pela redução da mortalidade infantil ocasionada pela ação das parteiras curiosas ou aparadeiras que não possuíam conhecimento teórico acerca do funcionamento do corpo feminino. Os conteúdos de algumas matérias foram publicados em edições da revista Ceará Médico (órgão do Centro Médico Cearense) entre 1933 e 1935 a fim de conferir visibilidade à sua nova orientação teórica e prática alinhada aos ditames científicos propostos pela Conferência Nacional de Proteção à Infância ocorrida no Distrito Federal em 1933. Contudo, uma das primeiras iniciativas do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) para normatizar a uniformização dos órgãos diretores da saúde pública em todos os estados tratou-se da criação - em substituição ao Serviço de Saneamento Rural (SSR) - do Serviço Sanitário dos Estados (SSE), através do Decreto no 78 de 05 de janeiro de 1931. O lema Rumo ao Norte colocou as regiões norte e nordeste no foco das políticas públicas e a partir de 1931 o Ceará entrou na pauta da agenda da saúde pública ambicionada pelo Governo Vargas de tal modo que foi o primeiro estado da região nordeste a dar início ao processo de aparelhamento dos serviços públicos de saúde, sob a condução do sanitarista fluminense Amílcar Barca Pellon. Em que pese os interesses dos médicos responsáveis pelo curso de parteiras em obter auxílio governamental aos seus projetos institucionais, principalmente, aqueles ligados à filantropia, cabe ressaltar que as reorientações sofridas pelo curso e as publicações de lições didáticas ocorreram neste momento de ampla remodelação dos serviços de saúde pública que contemplou investimentos na formação de visitadoras sanitárias com vistas a preencher uma lacuna de pessoal qualificado para atuar nos moldes almejados pela nova diretoria. Uma das principais características da reforma empreendida por Barca Pellon na saúde pública cearense referia-se a adoção de uma política rigorosa de recursos humanos, a qual passava por uma rigorosa seleção de quadros e um demorado treinamento de todo o pessoal. Em chamada pública veiculada em 28 de dezembro de 1931 na segunda página do jornal O Nordeste, com o título:

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

“Curso de Enfermeiras Educadoras”, é divulgado conclave para matrícula no referido curso oferecido pela Diretoria de Saúde Pública em que deveriam ter preferência candidatas que apresentassem títulos ou diplomas de farmacêuticas ou dentistas. Para matrícula era exigida idade entre 16 e 30 anos, atestado de idoneidade, de saúde e de vacinação ou revacinação. O curso não era proibido às demais interessadas que não se enquadrassem nesses critérios, mas a publicação sinalava que essas candidatas deveriam ser submetidas a exame preliminar de aritmética, português, coreografia do Ceará e noções de ciências físicas e naturais. Quanto ao currículo dos primeiros cursos de visitadoras sanitárias há indícios documentais de que seguiam os mesmos padrões daqueles realizados no Distrito Federal na década de 1920. Contudo, em alusão ao processo vivenciado pela expansão da enfermagem no Distrito Federal, Barreira aponta que à medida que as alunas terminavam o curso de enfermeiras de saúde pública do DNSP, as visitadoras de higiene foram sendo substituídas. Assim, de forma tardia e análoga, a capital Fortaleza passou pelo mesmo processo em virtude da criação de uma base militar americana em solo cearense durante a Segunda Guerra Mundial, o que desencadeou o processo de formação de enfermeiras pela Escola São Vicente de Paulo, que foi equiparada aos padrões da Escola de Enfermagem Anna Nery em 1946, pela promulgação do Decreto-Lei nº 21.885, de 26 de setembro do mesmo ano em questão. A análise dos dados estatísticos apontou que as Parteiras Diplomadas perderam visibilidade nos registros do Almanaque por cinco anos consecutivos (1938-1942) retornando com apenas 1 agente sob a denominação de Parteira em 1943 e desaparecendo definitivamente nas estatísticas de 1944. Já as visitadoras sanitárias passaram a constar no anuário como Assistentes Sociais em 1945. O primeiro documento sobre Assistência Social no Brasil versa que as funções de enfermeira visitadora e de assistente social eram completamente diversas, uma tratava do indivíduo em função da saúde física e a outra, em função da saúde social. Não havendo doença na família a intervenção seria apenas da assistente social; havendo seria das duas, entretanto, era exigido da assistente social que tivesse também noções de enfermagem. Dessa forma, tendo as visitadoras sanitárias passado por formação básica de enfermagem, advém para este estudo a possibilidade de interpretação de que tenham sido consideradas como privilegiadas em termos de conhecimento e prática exigida para corresponder ao perfil profissional almejado para o recém-criado cargo de assistente social, tendo em vista a necessidade de ajustar os quadros de servidores públicos cearenses em conformidade com as diretrizes nacionais de formação de enfermeiras e da ampliação das responsabilidades governamentais com a assistência social. Tal fato pode ter contribuído para criar brechas para o exercício da profissão nos moldes em que aconteceram com a enfermagem pré-moderna, ou seja, executada por pessoas que não tinham formação específica na área, mas, competências mínimas para a execução de algumas tarefas, o que fez com que as visitadoras sanitárias correspondessem ao perfil almejado para preenchimento das vagas do novo cargo criado no serviço público. O desaparecimento em 1944 das parteiras e das visitadoras sanitárias das estatísticas do anuário em 1946 corrobora para a assertiva de que as enfermeiras formadas pela Escola São Vicente de Paula viriam a ocupar definitivamente o espaço institucional de assistência à criança desvalida em parceria com as assistentes sociais que mantiveram o seu prestígio dentro da política sanitária do Governo Vargas, especialmente durante o Estado Novo.

CONCLUSÃO

O desaparecimento das Parteiras Diplomadas das estatísticas do anuário a partir de 1943 constituiu-se como indicativo da incompatibilidade do exercício de determinadas práticas obstétricas diante da proliferação numérica de médicos especialistas, ou mesmo do aumento da cobertura hospitalar ao parto ou da concorrência de outros agentes na assistência ao período pré-natal e puerperal, a exemplo das visitadoras sanitárias. Já a migração do contingente de visitadoras sanitárias para a modalidade de assistente social traduziu-se como uma tentativa de acomodação dessas agentes concursadas dentro dos serviços públicos de saúde frente à ascensão dos serviços de assistência social no Governo Vargas e da profissão de enfermeira no Ceará. Assim, este estudo não tem a pretensão de explicar assertivamente o movimento histórico que envolveu o Ceará na consolidação de uma cultura de saúde pública visivelmente extensiva aos dias atuais, mas, de contribuir para a compreensão das lacunas existentes na história da enfermagem que o inscrevem numa dinâmica de existência singular para o enfrentamento das discrepâncias em investimentos com relação aos estados das demais regiões do país.

REFERÊNCIAS

- AYRES, Lillian Fernandes Areal. As enfermeiras visitadoras da Cruz Vermelha Brasileira e do Departamento Nacional de Saúde Pública no início do século XX. Rio de Janeiro 2010
- BARBOSA, José Policarpo de Araújo. História da saúde pública do Ceará: da Colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- BARREIRA, Ieda de Alencar; FALLANTE, Bárbara de Souza Côrtes. Significados da visita domiciliar realizada pelas enfermeiras de saúde pública nas décadas de 20 e 30. Esc. Enf. Anna Nery. Revista de Enfermagem. Rio de Janeiro, v.2, n3, dez/1998.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. Net. Rev. bras. Hist. 2001, vol.21, n.40 pp. 107-129. Acesso em: 8 mar 2012.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D' Araújo, Maria Celina (Org). As instituições brasileiras da era Vargas. EDUERJ: Ed. FVG, 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação autoritária” da República. Carvalho, Maria Alice Rezende de (org.). República no Catete, Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.
- NÓBREGA- THERRIEN, S. M., ALMEIDA, M. I., & SILVA, M. G. Enfermagem no Ceará: fatos para preservação da história e memória da profissão. Net. Rev. Brasileira de Enfermagem – REBEn, pp. 125-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a19v61n2>. Acesso em: 24 abr 2012.
- MEDEIROS, A. S.; Representações e práticas científicas relativas ao corpo feminino nas Lições do Curso de Parteiras Diplomadas da Maternidade Dr. João Moreira (Fortaleza, 1915-1935). Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.. Disponível em: <www.anpuh.org.br/sp/downloads/.../PDF/.../Aline%20Medeiros.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.
- PINHEIRO, Maria Esolina. Serviço social: infância e juventude desvalidas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985. (Serie serviço social: Documento histórico).